

Barros, J.; Cunha, V. & Silva, S. (1999). 10ª. Conferência Anual da E.A.I.E. (European Association for International Education). Millenium, 13

**10ª. CONFERÊNCIA ANUAL DA E.A.I.E.
(EUROPEAN ASSOCIATION FOR INTERNATIONAL EDUCATION)**

JOÃO PEDRO BARROS

VASCO OLIVEIRA E CUNHA

SÓNIA SILVA



1. Alguns dados:

Realizada na Universidade de Estocolmo entre 21 e 24 de Novembro de 1998, o tema aglutinador foi a "Educação Internacional: Interações com a comunidade" (International Education: Interactions with the wider community).

Desenvolvida em treze áreas distintas (Interacções com a comunidade, Avaliação de credenciais, Economia e Gestão, Cooperação com países em vias de desenvolvimento, Coordenação de programas europeus de educação, Gestão de relações internacionais, Línguas para a comunicação e a mobilidade, Investigação e ligações com a indústria, Aconselhamento para o estudo no estrangeiro, Redes de educação à distância, Colocação de estagiários em empresas, Disciplinas académicas, Genérica), e promovendo, no seu conjunto, 102 sessões, 16 workshops, 2 plenários (abertura e encerramento) e um programa social e cultural opcional (para além de um Mercado de Informação com 51 stands), a 10ª Conferência teve a participação de 1784 docentes e técnicos de 66 países.

Vinte e seis portugueses (de 10 universidades e 3 politécnicos) estiveram presentes em Estocolmo, um aumento significativo relativamente ao ano transacto (17).

Dos dezassete países da bacia mediterrânica que se fizeram representar (238 participantes - 13,3% do total global), apenas a França, a Espanha e a Itália registaram um número superior de participantes relativamente a Portugal. Um facto que se regista.

Em si mesmos, estes dados pouco dizem do interesse, ou da falta dele, dos países do sul da Europa, do norte de África e da orla costeira do Oriente Médio por uma realização que tem já uma década de existência, e hoje imprescindível no âmbito da cooperação internacional. Mas, quando comparados com a participação do norte e do noroeste europeu, acabam por reflectir a existência de um posicionamento que, na nossa perspectiva, precisa de ser revisto. Para benefício da cooperação.

Há um ano atrás, deixámos em MILLENIUM uma sugestão e um desafio - a candidatura à realização da Conferência Anual da E.A.I.E. no nosso país. Continuam de pé a sugestão e o desafio.

Hoje, a nossa sugestão e o nosso desafio vão para os dirigentes das Escolas Superiores integradas no I.S.P.V.: a participação num evento desta natureza e desta dimensão poderá ser determinante para o aprofundamento da cooperação internacional já existente em cada uma das Unidades Orgânicas. Maastricht, em 1999, poderá ser o momento certo.

2. A participação do ISPV:

O Presidente do ISPV esteve presente na 10ª. Conferência Anual da E.A.I.E., acompanhado do responsável pelo Departamento Cultural, em cuja área se desenvolvem as relações internacionais da instituição, e pela técnica-superiora deste sector.

Como estratégia definida para se obter o melhor aproveitamento possível da Conferência, e dado que as sessões das treze áreas programadas decorreriam em simultâneo em 3 / 4 períodos do dia, optou--se pela participação em sessões em que, por um lado, seriam analisadas algumas das actuais questões de fundo da cooperação internacional, sobretudo as temáticas das relações entre o ensino superior e a comunidade envolvente e a das relações de cooperação entre o Norte e o Sul, e, pelo outro, em sessões com uma componente prática de gestão dos programas. Aberta, ficou ainda a hipótese de selecção individual e pontual de sessões fora das áreas referidas.

///

O diálogo entre universidade/politécnico e parceiros sociais deverá ser realizado num leque amplo de áreas, de que se destacam: o desenvolvimento de recursos humanos, o desenvolvimento cultural e social, o impacte económico regional da cooperação, as comunicações.

Fundamental para o desenvolvimento dos recursos humanos são a interacção da educação, do emprego e da aprendizagem permanente; a preocupação e o interesse empresarial pela actualização da formação; a colaboração estreita entre os diferentes agentes educativos; o estágio profissional relevante, frequentemente realizado fora do sistema de ensino superior; o desenvolvimento, em termos de conteúdo educacional, de mecanismos estratégicos para o fornecimento regular de input por parte do tecido empresarial.

Parceiros sociais envolvidos neste diálogo deverão ser: municípios, câmaras de comércio, autoridades governamentais regionais, associações empresariais, empresas privadas, escolas, institutos de investigação, agências de desenvolvimento regional, órgãos culturais regionais, pequenas e médias empresas, bancos, sindicatos, serviços sociais públicos e privados, alunos, media.

Como parceiro decisivo no diálogo, naturalmente, a Comissão Europeia.

///

Como ilustração concreta do diálogo actualmente existente entre o ensino superior, a Comissão e as comunidades regionais, destaca-se aqui um projecto desenvolvido em vinte regiões da Europa, em outras tantas universidades: Braga, Barcelona, Cork (República da Irlanda), Newcastle (Reino Unido), Saint-Étienne (França), Bruxelas, Roterdão (Holanda), Aalborg (Dinamarca), Rostock (Alemanha), Torino (norte da Itália), Catânia (Sicília), Patras (Grécia-Peloponeso), Ancara (Turquia), Szeged (Hungria), Graz (Áustria), Brno (República Checa), Katowice (Polónia), Kuopio (Finlândia), Umeå (Suécia) e Tromsø (Noruega).

Com metodologia que envolveu plenários, reuniões alargadas, encontros individualizados, questionários, entrevistas e reuniões com um comité orientador, foi avaliada como melhor prática no âmbito do encorajamento do diálogo universidade - pequenas e médias empresas o trabalho desenvolvido na região norte da Jutlândia (Dinamarca) por um consórcio de vinte instituições educativas, destinado a promover um sistema regional permanente de educação de adultos a todos os níveis.

Em termos do desenvolvimento cultural e social que, potencialmente, poderá ser promovido por este diálogo, a saliência foi para Saint-Étienne e para Rostock. No caso francês, pela implementação de uma política de portas abertas envolvendo todas as instituições culturais, e com a universidade local a desempenhar o papel principal; na Alemanha, pelo papel da liderança da universidade na promoção da cultura, da tolerância e da diversidade, face às actuais actividades racistas, neo-nazis, na região do Oder.

No âmbito do impacte e desenvolvimento económico regional, avaliando as expectativas do tecido empresarial relativamente ao papel do ensino superior no apoio à transferência de tecnologia, à realização de uma investigação dinâmica e ao desafio que a cooperação entre o ensino e as pequenas e médias empresas representa, foram destacadas como melhores práticas as da Universidade de Kuopio, pelo papel central de coordenação num programa focalizado para os sectores de tecnologia avançada e de ciências da saúde, e as da Universidade de Cork que, pelo seu esforço de desenvolvimento de parcerias regionais e de promoção da sua própria imagem, está a conseguir alterar a opinião negativa que a comunidade havia formado da instituição.

Relativamente às comunicações, de que o diálogo depende, e às necessidades da existência de um círculo virtual de comunicações mais amplas entre a universidade e a comunidade, por exemplo através de animadores que sirvam de interface dos dois sectores, transformando a universidade em parceiro

chave em redes regionais, avaliaram-se como práticas mais consequentes as desenvolvidas pela Universidade de Rodertão, pelos serviços prestados a todos os professores e estudantes das escolas dos sectores primário e secundário, e pela Universidade de Rostock que, tirando partido do investimento governamental na região, se estabeleceu como leader activo no sistema de comunicação de dados envolvendo governos locais e regionais, empresas privadas, casas editoras, universidades e outras instituições educativas.

///

Recomendações avançadas para melhorar o diálogo por parte da Universidade:

- a necessidade de conciliação entre a política regional estratégica e a sua missão académica;
- a intitucionalização do diálogo com parceiros chave;
- a adequação do diálogo a cada um dos níveis de cooperação;
- a necessidade de definição, ao nível mais elevado, de uma política clara que encoraje esse diálogo;
- o recrutamento de técnicos especializados em cooperação;
- a assumpção de uma atitude pró-activa no estabelecimento de um diálogo mutuamente benéfico.

NOTA: Para nós, portugueses, foi reconfortante ouvir palavras de apreço elevado para o trabalho desenvolvido nesta área pela Universidade do Minho.

///

Uma outra dimensão do diálogo emergiu da análise da cooperação Norte-Sul, uma das preocupações tendo-se centrado no novo paradigma que está a desenvolver-se neste âmbito. Mais concretamente: que tipos de cooperação N-S são actualmente necessários para reforçar a visão de ensino superior das universidades/politécnicos dos países em vias de desenvolvimento e para se assegurar uma interacção continuada com a comunidade envolvente, cimentada que está a fase de laços, de intercâmbios, de investigação?

Entre as questões prévias que deverão colocar-se, a primeira é a de que, em termos de desenvolvimento ou, na maior parte dos casos, na sua ausência, não se poderá entender o Sul como

constituindo um todo homogéneo. Existem profundas diferenças regionais dentro de um mesmo estado, como também é diverso o progresso material entre os diferentes países.

Uma outra realidade a ter em conta é a de que a investigação cada vez mais especializada das universidades do Norte não é frequentemente compatível com as necessidades de cooperação transdisciplinar sentidas no Sul..

Um problema interessante, e simultaneamente dramático, foi o apresentado por Miguel Gutierrez, Reitor da Universidade Nacional da Costa Rica (UNA).

Na sua perspectiva, as crescentes dificuldades financeiras das instituições de ensino superior nos países em desenvolvimento obrigam à formulação de respostas inovadoras para fazer face à escassez de recursos, e à inevitável definição de um quadro institucional de cooperação que deverá prioritar o alargamento de redes institucionais e também o aprofundamento das já existentes, com o estabelecimento de prioridades - a investigação, o ensino e os serviços.

Uma outra resposta para a rarefação dos apoios públicos à universidade poderá ser, na óptica de Gutierrez, o recurso à ajuda financeira de fundações internacionais para o desenvolvimento de programas, como já sucede na Costa Rica, para o sector das comunidades agrícolas rurais. Uma experiência de importância pois, para utilizar palavras suas, nestes projectos a educação constitui "a espinha dorsal" desses programas, "envolvendo os membros da comunidade, que se transformam nos principais promotores do seu próprio desenvolvimento".

Estratégicos nos países em desenvolvimento do Sul deverão ser os programas em áreas como a Saúde, a Produção e a Organização, visando ultrapassar a pobreza, a promoção do auto-desenvolvimento, a articulação dos esforços institucionais e dos serviços, o aprofundamento do desenvolvimento académico no que se refere à oferta de programas no âmbito do desenvolvimento rural. Entre outros objectivos. Para que a globalização possa a vir ser algo mais do que é actualmente: um eufemismo para colonização.

///

"Ouvir o Auto-discurso de Clientes Culturalmente Diferentes" foi a designação escolhida para o Workshop XIV da edição 1998 das conferências da EAIE. Um exercício de grupo destinado a

consciencializar os seus participantes, oriundos de países culturalmente diversos, das identidades e diferenças culturais, assim como da capacidade de as tolerar, aceitar e gostar (ou não) em situações de interacção transnacional.

Qualquer comportamento é culturalmente informado. Um diálogo é, na realidade, uma conversa entre milhares de pessoas que, embora silenciosas, dela participam pela força de esquemas culturais amplos que actuam em cada indivíduo. Num diálogo, cada um dos intervenientes articula o falado e o pensado (quase nunca coincidentes) da forma supostamente mais vantajosa. Num diálogo, segundo recentes estudos científicos, 67% da intervenção tem carga negativa, ainda que esta não seja óbvia. Num diálogo são inúmeros os perigos associados aos processos de codificação e descodificação que, frequentemente, perturbam a verdadeira comunicação. Se tudo isto é válido para pessoas pertencentes a uma mesma cultura, poder-se-á deduzir o seu agravamento quando existem origens culturais diversas. O diálogo internacional, concretizado nos mais insignificantes contactos diários, passa pela compreensão de todos estes condicionalismos e pela adopção de uma postura flexível e culturalmente tolerante.

Se não, tentem, como eu, desenhar uma casa, com a mesma caneta e em simultâneo, com uma finlandesa. Como fundir os telhados pontiagudos do Norte da Europa com os mais planos do Mediterrâneo? Como conciliar as pequenas janelas dos países frios com as grandes do sul por onde entra o nosso sol? Até que ponto estaremos dispostos a seguir o movimento da caneta ou a sermos seguidos? Até que ponto estamos dispostos a assumir um compromisso?

Em primeiro lugar, é preciso saber aprender a ouvirmo-nos e a entendermo-nos a nós próprios. Isolar o nosso "Eu" e gerar um diálogo interior, de forma a podermos formular definições e respostas precisas para a resolução de problemas. Este Eu é, contudo, relacional. O diálogo interno, assim, assume três formas: o intercâmbio verbal explícito; os nossos próprios pensamentos e as formulações interiores do "outro". E a coordenação destes três aspectos é geralmente assimétrica, tornando mais evidente os pensamentos negativos. No contacto com alguém culturalmente diverso é de fundamental importância procurar o equilíbrio entre o positivo e o negativo para que não se gerem, por arrastamento, atitudes defensivas ou de ataque.

O "Triad Training Model", quando aplicado, permite pôr a descoberto alguns dos aspectos atrás mencionados. Consiste na simulação de uma consulta de aconselhamento, na qual participam o conselheiro, o aconselhado, o anti-conselheiro e o pró-conselheiro. O discurso é livre, limitado apenas

pelo conteúdo funcional de cada participante: o aconselhado procura ajuda para um problema específico; o conselheiro procurará fornecer essa ajuda; o anti-conselheiro deverá forçar o conselheiro a tomar consciência do contexto do aconselhado, dos aspectos negativos e intervenções inapropriadas do seu discurso. Para isso deverá exagerar no conselheiro a sua ambivalência, fazê-lo parecer superficial, exigir respostas imediatas, atacar a sua credibilidade, etc; o pró-conselheiro deverá funcionar como fonte, tornando explícita a informação acerca do contexto do aconselhado, mantendo o conselheiro no seu fio condutor e exaltando os aspectos positivos da sua actuação. Para tal, deve confirmar o discurso do conselheiro, sublinhar constantemente a centralidade do problema, sugerir estratégias alternativas, etc.

Toda esta simulação decorre em simultâneo, e com a participantes de diversas nacionalidades, num contexto próprio para quem está habituado a manter várias conversas (numa coordenação perfeita) ao mesmo tempo, como sejam as mães de muitos filhos.

A aplicação deste modelo, realizada no workshop em questão, tem vários objectivos que se resumem na necessidade de tomar consciência da diferença e de saber lidar com ela. Trata-se de:

- Perceber um problema de um ponto de vista cultural diferente: o que implica uma introspecção cognitiva racional, o esforço pela precisão, a reflexão sobre sentimentos, a síntese abrangente, a reacção concreta e imediata, o respeito pelos outros valores, a genuinidade da mensagem, o olhar positivo perante o "outro";
- Reconhecer a resistência cultural: recorrendo a uma correcta associação comportamento / pensamento, a orientação / confrontação / interpretação correctas, ao ponto de vista do "outro", à comunicação não verbal;
- Diminuir as atitudes defensivas: através do uso do sentido de humor, duma atitude de abertura, espontânea e receptiva, admitindo o erro apropriadamente e manipulando com sensatez;
- Utilizar estratégias de recuperação: como mudar de assunto com subtilidade, desafiar apropriadamente, utilizar o silêncio oportunamente, realçar os aspectos mais significativos, etc.

Desta forma, será aumentada a consciência cultural e, conseqüentemente, a habilidade para lidar com as diferenças. É um exercício que tem como objectivo chamar a atenção para a possibilidade de monitorizarmos e modificarmos o nosso comportamento no sentido de tornar a interacção mais positiva.

///

Internacionalização da Educação, no sentido mais estruturado e organizado da expressão, é um processo relativamente recente. Controlo de Qualidade também. Aplicar a um qualquer projecto de internacionalização um esquema de revisão de critérios de qualidade é, sem dúvida, algo de muito inovador e essencial neste panorama. Disso nos falou Hans de Wit, ex-presidente da EAIE e Vice-Reitor para as Relações Internacionais da Universidade de Amsterdão, numa sessão intitulada "Internationalisation Quality Review Process".

Desde 1996, o "Institute for the Management of Higher Education" (Holanda), em conjunto com a "Academic Cooperation Association" (Bélgica), desenvolve um projecto desta natureza num conjunto de instituições de ensino superior localizadas na Finlândia, E.U.A., Austrália, México, Malásia, Polónia, Estónia e Quénia. Todas elas foram visitadas, avaliadas (tendo em consideração as diversidades culturais e institucionais envolvidas) com objectivos bem definidos, tanto ao nível sistémico como institucional.

Ao nível do sistema tudo parte da consciência da necessidade de controlar a qualidade. A internacionalização é em si um critério de qualidade de ensino. Simultaneamente, os próprios processos de avaliação devem ser em si internacionalizantes, tanto na abordagem como no alcance.

Institucionalmente, a integração de uma dimensão internacional é um elemento-chave na qualidade geral absoluta e relativa.

No projecto em questão, cada instituição individualizada procurou avaliar e aumentar a qualidade dos seus esforços de internacionalização, de acordo com os seus próprios objectivos. Para isso, recorreram a exercícios de auto-avaliação, assim como a uma avaliação externa conjunta. Neste processo é reconhecida a individualidade de cada instituição. Os relatórios produzidos são para uso exclusivo de cada uma delas, sem que sejam feitas comparações inter-institucionais.

É criada uma equipa de auto-avaliação, geralmente dirigida pelo responsável máximo das relações internacionais, que prepara um relatório do qual fazem parte as categorias consideradas relevantes, tais como o perfil institucional, organização interna, programas académicos, componentes de investigação, estudantes, pessoal docente e administrativo, relações externas e projectos de cooperação. Em simultâneo, é estabelecido o grupo de avaliação externa, assim como as suas responsabilidades. Normalmente este é constituído por 3-5 pessoas, das quais uma deverá ser de outro continente e outra do mesmo país, mas de outra instituição, para que sejam equilibradas as perspectivas mais distantes. A este grupo é enviado o relatório de auto-avaliação, antes deste realizar a visita "in loco". Após esta visita, na sequência da qual é elaborado um pré-relatório que é, posteriormente, enviado à instituição avaliada, o primeiro grupo coordena as duas avaliações num documento único. Resulta disto a definição de um conjunto de prioridades e recomendações que deverão ser seguidas de forma a incrementar a qualidade da instituição como um todo.

Fica-nos o exemplo pioneiro duma abordagem tão necessária, mas pouco explorada, no panorama de internacionalização da educação.

///

Chegou a nova geração de programas comunitários. Sócrates, na área da Educação, e Leonardo da Vinci, no domínio da formação profissional, foram dos mais abordados. Após os seus primeiros anos de existência, e de um primeiro balanço dos seus resultados, a Comissão Europeia relança os programas já conhecidos, com correcções, adaptações, novas filosofias e novas iniciativas.

Algumas sugestões ouvidas:

Reestruturação das agências nacionais de coordenação dos programas, de forma a torná-las mais próximas das instituições de ensino superior. Vias possíveis: agências externas aos Ministérios, Pólos universitários nacionais com representação permanente nas agências...

Algumas alterações (já concretizadas ou em preparação):

Maior interactividade entre os diversos programas...

Alargamento de elegibilidade a outros países (como a Estónia, Letónia, Lituânia, Bulgária, Eslovénia, Turquia e Malta, em Sócrates)...

Descentralização de alguns aspectos administrativos da gestão dos programas...

Particular atenção, na definição das acções, para o ensino politécnico...

Ênfase dado ao uso das novas tecnologias, sobretudo na disseminação de resultados...

Esquemas para fomentar a aprendizagem ao longo da vida são uma prioridade...